

UM PAÍS, UMA REGIÃO. FIM DE SÉCULO E MODERNIDADES NA ARGENTINA¹

Maria Laura SILVEIRA²

O real é sempre uma construção, uma representação, uma visão da chamada realidade. Trata-se, mesmo, de um concreto pensado que é captado e construído, por aproximações sucessivas, a partir de um conjunto sistêmico de idéias, isto é, de uma teoria. Com uma pretensão universal, a teoria é chamada a descrever situações locais. Daí sua validade e suas limitações. É preciso, então, construir um esquema específico a cada região do saber.

Alicerçado em uma teoria maior, esse esquema resulta interno à situação analisada porque acolhe, sistemicamente, as suas particularidades. Eis porque ele é, ao mesmo tempo, uma síntese e um instrumento de análise. Mas, para tanto, o esquema deve reunir condições de pertinência, de coerência e de operacionalidade. O conhecimento do real é, como assevera Bachelard (1986, p. 13), "uma luz que projeta sempre alguma parte de sombras". Daí a sua dificuldade.

A coerência da história somente pode ser encontrada através da coerência do esquema, pois uma teoria é uma base para colecionar fatos, argumentos e relações referidos ao objeto de estudo, que vão permitir construir uma teoria menor sobre o lugar e o país. O retrato da realidade a partir desse esquema é a teoria menor, que pode decorrer das seguintes indagações: o que pretendemos estudar, como estudar um país (uma formação sócio espacial) e uma região ou, em outras palavras, qual a melhor maneira de contar a história passada e presente do território e, por fim, como operacionalizar essa teoria?

AS MODERNIDADES TERRITORIAIS E SUAS CISÕES

Encontrar um caminho quer dizer, também, descobrir o que é moderno em cada período histórico. É por isso, quiçá, que Meschonnic (1988, p. 24) nos convida a refletir sobre os vários começos e os vários finais da modernidade, o que nos torna cientes de que "o plural é de rigor" (1988, p. 59). Já nas suas obras *Modernisations et espaces dérivés* (1972) e *L'Espace partagé* (1975, p. 25), Milton Santos havia proposto falar em modernizações, no plural, para assinalar as transformações sucessivas da organização do espaço. Trata-se, aqui, de compreender as modernidades no território, esse arranjo de objetos e ações cuja variável-chave muda de um período para outro.

Uma primeira conceptualização: a modernidade é o resultado de um processo pelo qual um território incorpora dados centrais do período histórico vigente que importam em transformações nos objetos, nas ações, enfim, no modo de produção. A esse processo estamos chamando modernização. Todavia, a modernidade é um corte metodológico do rearranjo permanente, nos lugares, dos vetores do mundo. Daí falarmos de modernidades no plural, porque cada época é definida pelas respectivas modernizações.

O entendimento do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 1996) permite uma subdivisão da totalidade em

¹ Palestra proferida junto ao programa de Pós-graduação em Geografia em 17 de junho de 1998.

² Doutora em Geografia pela FFLCH da USP. Pesquisadora do CNPq.

estruturas significativas. Cada modernidade poderá ser interpretada a partir de seus objetos e de suas ações, isto é, das técnicas funcionando em sistemas. Trata-se, a um só tempo, do problema do movimento das estruturas, de um processo histórico que muda, continuamente, as estruturas. Daí porque uma periodização impõe-se como regra de método fundamental, pois permite distinguir pedaços coerentes de tempo nos quais um novo arranjo territorial revela uma modernização material e organizacional. É a busca de um enfoque constitucional.

Mas, ao mesmo tempo, outra cisão é igualmente necessária. É o arcabouço que considera uma ordem global e uma ordem local fornecendo-nos os instrumentos conceituais para empreender o estudo simultâneo do lugar e do mundo, com a necessária mediação da formação sócio espacial. É também um enfoque da totalidade em movimento, do processo de totalização.

Perscrutando objetos e ações em cada lugar, neste vemos o mundo, já que eles não são isolados, formando sistemas cuja compreensão exige ir além do lugar. Por outro lado, quando observamos no mundo objetos e ações, vemos também o lugar pois é nos lugares que a história do mundo se realiza. Tanto o lugar quanto o mundo constituem o espaço, cuja natureza revela objetos e ações.

Por isso, os lugares da modernidade contemporânea caracterizam-se, entre outros aspectos, pelas suas populações de objetos científico-técnicos, temporalmente exatos e funcionalmente rígidos. A dinâmica perfaz-se com as ações, igualmente precisas, que buscam assegurar a fluidez territorial e a interdependência mundial num novo meio geográfico: o meio técnico-científico-informacional (Santos, 1985; 1988).

Abriando as tendências da globalização, a reconstrução atual do território responde, em grande parte, ao desafio da tecnificação, de um projeto científico e da busca da instantaneidade. Assistimos a um verdadeiro enlace entre ciência, técnica e informação que surge como variável-chave do novo período, no qual, como explicava Ellul (1954, p.5-6), desmancha-se a fronteira entre trabalho técnico e científico graças à sua crescente interação. O trabalho intelectual - com ênfase na concepção, planejamento, capacitação e supervisão (Britton, 1990, p. 532) - antecede a produção material, e essa densificação da divisão do trabalho multiplica e acelera os intercâmbios.

ARGENTINA: UM TERRITÓRIO RETICULADO

Como estudar os objetos geográficos na Argentina atual? Constituindo sistemas, os objetos técnicos instalam-se diversamente nos lugares e a esse arranjo singular denominamos sistemas de engenharia (Santos, 1988). Mas, regionalmente localizados, os objetos vão atender, sob o comando de organizações modernas, às demandas globais. É necessário, entretanto, compreender os aspectos técnicos (materiais e organizacionais) desses sistemas de engenharia para abordar, mais tarde, seus aspectos políticos.

Precisos no seu projeto e fabricação, os objetos atuais dispõem de uma estrutura que lhes permite executar as funções planejadas. Por isso, pode dizer-se que são dotados de informação. A progressiva convergência entre sua concepção e sua construção, afirma G. Simondon (1989, p. 34), revela seu caráter concreto. Menos indeterminados no seu comportamento, os objetos estão imbuídos de um excesso de finalidade. Talvez seja essa a razão que inspirou Latour (1991, p. 72) ao denominar *híbridos* os novos entes que nos cercam. Já Godelier (1966) havia proposto falar de mistos para se referir a essa realidade. Gras (1993) também discutiu essa questão. Construídos, utilizados e

interpretados por nós, escreve Lévy (1992, p. 237), os objetos técnicos são "saturados de humanidade".

A energia exigida pelos híbridos para o seu funcionamento hoje é, sobretudo, a da informação. Isso revela sua natureza e cria uma nova organização territorial, consideravelmente diferente dos arranjos pretéritos. Os híbridos consomem inteligência humana não apenas na sua produção, mas também no seu funcionamento. Por exemplo, o sistema de registro sísmico tridimensional, na prospecção petroléira e gasífera, permite, com base em sismógrafos de alta potência e em sistemas informáticos interativos (simulação física e matemática das jazidas), descobrir petróleo a mil metros de profundidade e elaborar uma informação quantitativa sobre os compartimentos dos reservatórios e seus conteúdos. O funcionamento eficiente desse sistema de objetos não se faz sem o combustível da inteligência humana, frequentemente uma inteligência pragmática.

Todavia, a preocupação com a natureza dos novos objetos deverá ser paralela à reconstrução do contexto da sua localização. As idéias de Hägerstrand (1962, p. 360-1), em relação à difusão de inovações, oferecem um partido metodológico. Não é suficiente pensar na constituição do sistema de registro sísmico, mas é fundamental conhecer que, na primeira fase de sua difusão nos anos 80 e 90, já era utilizado pela YPF e pela Petrolera San Jorge nas ricas bacias petrolíferas da Patagônia argentina.

A difusão de uma técnica suscita a confluência de outras técnicas que aumentam o rendimento da primeira. Esse é o fator essencial da concentração temporal das inovações (Foray, 1992, p.65-6). Eis uma pista para analisar as áreas agrícolas modernas no país. Desfazendo-se mais rapidamente das estruturas envelhecidas, o campo é mais aberto à recepção dos dados característicos do período, mudando, desse modo, a sua composição de capital fixo e orgânico. É o exemplo da modernização agrícola na região dos pampas, na região nordeste, na Patagônia Norte e nos oásis cuyanos, onde se redefine a trama de relações entre superfície, calendário e produtividade. A incorporação da soja e do girasol na região dos pampas, durante o verão e sucedendo à colheita de trigo, criou uma nova solidariedade técnico-temporal. Aumentam os fluxos materiais e imateriais, se tornam mais complexas as tarefas agrícolas e as demandas crescem ao ritmo da duplicação das colheitas.

Todavia, como a técnica é também organização, qual o papel dos chamados "gigantes dos grãos" Cargill, Continental, Dreyfus, Bunge e Born nesta cientificação do campo argentino? Que interesses aceleram a difusão de uma nova semente ou a incorporação de outros cultivos hoje mundialmente valorizados num país de sólida tradição na produção de trigo? É o caso, também, das novas plantações de maçãs no Vale Médio do rio Negro com a incorporação de inovações que permitiram aumentar os rendimentos.

Um lugar pode tornar-se um berço ou um cemitério de objetos, segundo o fluxo de inteligência e informação que o anima. Os híbridos nascem não apenas com uma vocação técnico-funcional como os objetos simples, mas com uma solidariedade vertical, que vai facilitar o comando centralizado dos processos de produção e circulação.

Por isso, no território argentino atual, os objetos modernos poderão ser estudados, de um lado, a partir das redes materiais como rodovias, ferrovias, linhas elétricas e sistemas de hidroelétricas, sistemas de usinas termoeletricas e nucleares, oleodutos e gasodutos, entre outras, e, de outro lado, das redes telefônicas, informacionais, informáticas e financeiras.

Num território escassamente dotado de infraestruturas aptas às novas produções, instala-se com força uma modernização seletiva que alcança algumas ferrovias,

estradas e redes de telefonia. Uma vida de relações mais opulenta conduz à construção de sistemas de circulação que exigem mais espaço dentro e fora das cidades. Multiplicam-se os aeroportos pequenos e médios no território nacional, enquanto os aeroportos metropolitanos são remodelados e rehierarquizados. Os suportes materiais das telecomunicações tornam-se estratégicos numa política de difusão de inovações, de expansão dos territórios de mercado e de afirmação de uma política setorial. A empresa Telecom implantou a primeira rede SDH (hierarquia digital sincrônica) do mundo na área de Buenos Aires, Rosario, Santa Fe e Córdoba. Ao mesmo tempo, expandem-se a telefonia celular, a fibra óptica, os telefones modulares, as redes Arcom e Armic nas grandes cidades e, mais tarde, nas outras regiões. As novas solidariedades técnicas permitem novas formas de ação, aquilo que A. Moles (1974) denomina teleações. A coexistência do gigantismo dos objetos com as possibilidades da miniaturização possibilita um leque de fórmulas de controle remoto e, em decorrência, de formas técnicas e organizacionais híbridas. O moderno Oleoducto Trasandino foi construído junto com uma linha de fibra óptica que permite, à distância, conhecer seu funcionamento, acionar válvulas e reunir dados.

O desenho, a construção e o controle de grandes sistemas técnicos (Gras, 1993, p. 17-19), como os sistemas de hidroelétricas, apenas podem ser entendidos se estudados, simultaneamente, os instrumentos e as relações financeiras com que esses projetos foram importados. A construção de Yaciretá contou com fundos do Tesouro Nacional, mas também com créditos do Banco Mundial, do BID e do Eximbank do Japão. As hidroelétricas, cuja idade é bastante homogênea, foram construídas a partir de uma idéia de complementação. Enquanto El Chocón foi destinada à produção contínua de energia, Alicurá foi planejada para produzir nos momentos de maior demanda.

Haveria, outrossim, uma informação especializada destinada à produção e uma nova informação banal. A primeira é utilizada pelas firmas e, frequentemente, é normativa, enquanto a segunda, menos restrita, difunde-se pelo território. A informação para a produção se desenvolve ao abrigo de um sistema operacional informático único e da difusão das novas capacidades do *hardware* e do *software*. Novos instrumentos de trabalho são incorporados pelas empresas, como os sistemas de informação geográfica e as formas de acesso aos bancos de dados. Continuamente atualizados, esses acervos são organizados por empresas de informação, como as editoras de revistas especializadas de economia, institutos privados de pesquisa, consultorias e empresas de informação nacionais e globais. Desse modo, o território é transformado num banco de dados. Detecta-se uma profusão de inventários capitalistas dos lugares e da economia, que constituem peças baralhadas de uma complexa geografia da organização. Os diversos atores participam desse labor de construção local de uma informação inserida num arcabouço informacional globalizado, que retorna e se impõe, estranha e alheia, à comunidade regional.

O progresso das técnicas na mídia contribuiu para aumentar a torrente de informação banal nos lugares. Essa informação, ainda que destinada a diversos tipos de produção significa, especialmente, uma ampliação da vocação e dos padrões de consumo não apenas de produtos, mas também um consumo político, cultural, turístico, de saúde e educação.

Um novo mapa de fluxos desenha-se em função de novas produções, trocas, velocidades, normas e agentes. Motivada em grande parte pela chamada desregulação, a expansão dos fluxos aéreos internos e com países limítrofes marca uma tendência atual da formação socioespacial. Todavia, a novidade do período é a vinculação direta entre regiões. Interaustral, Lapa, Dinar e Southern Winds são empresas que determinam uma

relativa ruptura do tradicional esquema aéreo que, reproduzindo uma lógica de redes terrestres, concentrava as interconexões em Buenos Aires.

Buscando compreender os fluxos financeiros, vemos que a participação da Argentina na globalização financeira se verifica, entre outros dados, a partir das novas normas que possibilitaram às firmas estrangeiras atuar nas bolsas do país e às empresas nacionais operar em Wall Street. Quais os nós nacionais da nova rede financeira? Destacam-se aqui as bolsas nas principais cidades do interior que, fundadas com o propósito de financiar a atividade das pequenas e médias empresas, se tornam um palco da atuação de alguns agentes hegemônicos nacionais. Ampliando seus negócios dentro das fronteiras nacionais, esses agentes empreendem uma coleta abrangente no território - uma coleta isotrópica -, mas a redistribuição do dinheiro, quando ela existe, circunscreve-se a alguns pontos - uma anisotropia.

MODOS DE REGULAÇÃO: AÇÕES, ORGANIZAÇÕES E NORMAS

Como estudar as ações econômicas, sociais, políticas na Argentina hoje? Referimo-nos, aqui, sobretudo, às ações relativas ao trabalho contemporâneo e à sua organização científica dentro da formação socioespacial nacional. A dinâmica das organizações permitir-nos-ia reconhecer formas de produção, de intercâmbio e de consumo, criadas para atingir os fins dos agentes. Haveria, então, que identificar os modernos serviços de organização e a expansão de consumos não materiais para responder a essas novas necessidades.

Normas organizacionais e políticas participam da regulação dos modernos sistemas de engenharia. As primeiras são responsáveis pela regulação das formas de uso dos novos objetos no processo de trabalho. Quais as atuais formas de contratação e as condições organizacionais do trabalho? A idéia de flexibilidade surge para nomear um conjunto de normas que buscam criar um âmbito de fluidez nas relações entre as firmas, entre estas e os consumidores e com a força de trabalho, sempre mediadas pelos objetos técnicos. As normas políticas abarcam as relações de cooperação e disputa entre o Estado e o mercado. Hoje defrontamo-nos com um novo regime que privilegia os fluxos transnacionais de capital e torna incertos os controles regulatórios nacionais (Warf, 1989, p. 258). É a chamada desregulação que, apresentada como uma espécie de flexibilização das instâncias políticas nacionais, significa uma neoregulação infundindo uma rigidez alheia aos Estados-Nação.

Como atuam as empresas globais no território nacional? Algumas formam alianças com oligopólios nacionais. Uma divisão do trabalho, própria da nova organização empresarial, atribui à firma doméstica a resolução de problemas jurídicos, enquanto a corporação global é responsável pelas inovações técnicas e pelo comando político mais amplo. Para proteger cada interstício de interesse das firmas globais, o Estado é convocado a desencorajar a chegada de agentes não hegemônicos. Daí a ação nacional tornar-se também globalizada.

Por isso denominamos processos de neoregulação àqueles sistemas de ações que obrigam ao uso de um novo marco normativo compatível com a história do presente, viabilizando-a. Trata-se de uma neoregulação porque à ruptura da estrutura jurídica existente sucede a imposição de novas normas fiscais. Streek e Scmitter (1991), Leyshon (1992) e Dicken (1992) denominam re-regulação à cristalização das novas ações que determinam as características normativas do período contemporâneo. A formação

socioespacial argentina surge como um cenário da desregulação de outras formações socioespaciais através da participação, com escassa ou nenhuma concorrência, de grandes empresas no processo de modernização. A partir da reforma do Estado, os grupos hegemônicos pioneiros passam a comandar setores importantes da economia, como petróleo, gás, hidroeletricidade, energia nuclear, telecomunicações, informática, transportes aéreos e terrestres, rodovias e ferrovias, siderurgia, finanças e turismo.

Realiza-se, com mais força, a classificação de Etzioni (1965): surgem, ao mesmo tempo, supra-organizações ou organizações de segunda ordem para supervisionar as de primeira ordem. É o exemplo do Ente Regulador del Gas, da Compañía Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico S.A. e das numerosas e recentes superintendências setoriais. Cristalizam-se monopólios territoriais porque a cada empresa corresponde o domínio exclusivo de uma porção do território nacional. Esses monopólios territoriais encarnam o simulacro do livre mercado, pois a concorrência não existe e o Estado opera como garantia dessa realidade. É o exemplo da distribuição de gás, das telecomunicações, da eletricidade, do petróleo.

Quais, neste contexto, os serviços que retratam a modernidade atual no território argentino? É relevante investigar os serviços de informática e comunicações, as formas de teleação e informação sobre a política, a economia e o comércio exterior, as consultorias de organização (incluindo a busca de níveis gerenciais, o planejamento estratégico, o *franchising*, a engenharia financeira), os serviços de aluguel de instrumentos de trabalho especializados como os da atividade petroleira, as agências de publicidade e as empresas especializadas em *marketing* de bancos de dados, a multiplicação da oferta de cursos e pos-graduações, de formas de seguro e de serviços turísticos. No circuito superior marginal, descrito por Santos em 1975 (p. 96-7), desenvolvem-se serviços intersticiais, que hoje se multiplicam graças às demissões de quadros intermediários das empresas públicas e privadas e às políticas de externalização dessas mesmas firmas. Em cada lugar, criam-se funcionalidades próprias entre serviços hegemônicos e intersticiais e, desse modo, a divisão do trabalho se torna mais densa e se estabelece uma pluralidade de formas de cooperação.

O DISCURSO GEOGRÁFICO DE UMA MODERNIZAÇÃO "INEVITÁVEL"

Impossível prescindir de uma breve análise sobre o discurso, a simbólica, a psicoesfera na Argentina atual. A idéia de modernização, entendida como um estádio de superação dos problemas atuais do subdesenvolvimento, se propaga por todo o território como um projeto, um objetivo, um caminho a seguir, um futuro, enfim, uma utopia. A operatividade tecnocientífica, escreve Hottois (1992, p. 190-6), impõe-se e, para isso, utiliza a persuasão e a manipulação próprias da operatividade simbólica. Esta associa-se, na formação socioespacial argentina, com a produção de infraestruturas, a criação de empregos, a fluidez e a competitividade e o desenvolvimento regional e nacional, entre outras alusões.

Grças a símbolos, idéias-força e "imagens criadoras do território" (Sénécal, 1992, p. 40), se constrói um discurso geográfico, cuja intencionalidade é mostrar a inevitabilidade desse modelo específico de modernização territorial. Denominamos geográfico esse discurso porque, partindo de uma base técnico-científica, pretende legitimar a alocação nos lugares dos novos objetos e ações.

Esse discurso geográfico fundamenta-se numa fragmentação das racionalidades das formas materiais e organizacionais, que dificulta a descoberta das vinculações alheias às necessidades regionais. Hidroelétricas, autopistas, dutos, refinarias, áreas agrícolas modernas e pistas de esqui são imagens que mascaram a dialética do território. Símbolos polifacéticos para objetos unifuncionais. Entretanto, as ações modernas, como as privatizações de empresas públicas, de áreas petrolíferas, de estradas, do espaço aéreo, da educação e da saúde, exigem uma legitimação. É o discurso da modernização organizacional, baseado numa ideologia antiestatista, que busca persuadir a sociedade da necessidade das reformas. Um tal discurso sobre a inviabilidade do Estado acabou por criar história. Assim, a hermenêutica desse discurso poderá contribuir para revelar a racionalidade hegemônica do período.

A RACIONALIDADE DE UMA NOVA URBANIZAÇÃO

Como estudar as cidades argentinas neste período de globalização? Como se organiza a rede urbana? Qual a racionalidade da urbanização atual? Um enfoque possível seria analisar a forma da população urbana, as funções urbanas atuais, o processo recente de urbanização e a estrutura atual do sistema urbano. Em primeiro lugar, a morfologia do sistema urbano indicará as concentrações urbanas e o perfil urbano do país. É importante descrever, por exemplo, a forma de uma potencial megalópole de 550 km e 13,5 milhões de pessoas e os diversos degraus urbanos subseguintes. Mas, a cada momento da história territorial, as funções se transformam pela funcionalização de outros eventos. Por isso a especialização funcional significa, inerentemente, especialização do lugar. Hoje a relevância do consumo, da distribuição, da circulação e do trabalho intelectual indicam os conteúdos da modernidade urbana. Em que medida Buenos Aires é uma metrópole nacional e mundial? Qual o papel da cidade regional diante dos progressos técnicos que cooperam para aumentar o *hinterland* da metrópole e atingir os lugares longínquos em tempo real? Em que funções se manifesta a espessura do meio técnico-científico-informacional?

Poderíamos reconhecer Córdoba e Rosario como metrópoles nacionais, isto é, centros caracterizados pela presença de importantes indústrias, serviços e informações que abastecem não só seu *hinterland* regional, mas também que se expandem em todo ou quase todo o território nacional. Num nível inferior, distinguimos as metrópoles regionais e, em seguida, as cidades médias, que neste período, protagonizaram um importante crescimento. Quais são as funções que abrigam as cidades médias e que geram realidades tão diferenciadas entre as regiões do país? Como se funcionaliza a divisão do trabalho e a regulação técnica e política em cada região? Quais são as "cidades do campo" que substituem a "cidade no campo" (Santos, 1996) nas regiões agrícolas modernas? Existiria também uma cidade do espaço energético apta para abrigar uma parte dos comandos técnicos e políticos?

Entendida como uma estrutura, a hierarquia do sistema urbano é desenhada hoje mais pela predominância de fluxos imateriais e menos pelos fluxos materiais. São, de um lado, as grandes empresas e, de outro lado, os segmentos modernos do Estado que refuncionalizam e rehierarquizam o sistema urbano.

UM ENFOQUE REGIONAL, UM ENFOQUE POR PROBLEMAS

As regiões também podem ser estudadas a partir de uma problemática que parta do reconhecimento daquelas funções que as inserem na atual divisão territorial do trabalho. Daí advem, por exemplo, sua participação na construção das verticalidades no território e a importância de sua produtividade espacial (Santos, 1993). Este último dado está em relação com a sua aptidão técnica e política para realizar esta ou aquela produção. Contudo, uma perspectiva das horizontalidades complementaria a metodologia, por revelar a existência de um espaço da copresença, da resistência e da contigüidade, tecido de modernidades e, mesmo, de obsolescências materiais e organizacionais. As regiões surgem, assim, como áreas incompletas da modernidade, fruto da hibridação de racionalidades.

Essa cisão metodológica entre território das verticalidades e horizontalidades deixa ver algumas "impurezas" de um enfoque que analisa uma realidade mista: o espaço. Sistemas de ações de diversos níveis e de natureza diversa disputam o comando dos mesmos sistemas de objetos no espaço da contigüidade. A região sobre a qual se exercem a ação global e a ação nacional não é uma região sem normas, pois o uso cotidiano do território criou uma espessa regulação local. O trabalho global defronta-se, no espaço regional, com heranças normativas dos níveis provincial e municipal do poder público. Essas normas operavam como parâmetros trabalhistas, financeiros e produtivos com valor suficiente para contrabalançar o mercado através da criação de empregos e do subsídio às atividades e áreas menos favorecidas. Como se reestrutura o sistema bancário regional perante a força da globalização financeira? A que interesses responde a reorganização bancária estatal?

A construção de grandes sistemas técnicos e a chegada de novas camadas populacionais às regiões obriga o nível provincial do Estado a se deparar com problemas surgidos da contratação e demissão de mão-de-obra em grande escala, da produção perversa e acelerada da escassez de serviços de saúde, educação, transporte e lazer com a decorrente exclusão da sociedade local. O trabalho coletivo se desenvolve, assim, a partir de uma sociedade e de um território compartimentados. Qual é a dinâmica das estruturas burocráticas provinciais diante da redução dos orçamentos, da existência de regalias e das privatizações?

Criam-se, todavia, simultaneamente, bolsas de valores, redes regionais de emprego, bancos de dados e outras formas modernas de trabalho. Ainda que contribuam para consolidar a divisão territorial do trabalho, algumas dessas redes oferecem também uma dimensão local e, como consequência, ampliam os horizontes do trabalho coletivo e divulgam as possibilidades e as limitações das produções locais. Existem, ao mesmo tempo, solidariedades no trabalho local que não dependem de instituições públicas ou de empresas, tal como as associações espontâneas de produtores agrícolas que trocam informações sobre previsões meteorológicas, técnicas, insumos e formas de comercialização. Em outros casos, ao amparo de um trabalho coletivo específico, da existência de objetos técnicos e de um *know-how* local formaram-se comunidades de interesses agora desprezadas pelas funcionalizações da ordem global. Algumas cidades petroleiras resistem a essa racionalização do espaço a partir de pequenas firmas que oferecem serviços às empresas globais ou àquelas recentemente privatizadas.

O estudo da rede urbana regional, com suas cidades de nova geração e com aquelas declaradas obsoletas, não seria também uma pista para o estudo das horizontalidades?

A BUSCA DE UMA SÍNTESE GEOGRÁFICA

A constituição de pedaços inteligentes no território nacional cria uma nova opacidade. Como as modalidades de circulação e comunicação são traçadas antes pelas firmas que pelo Estado, vastos segmentos da sociedade defrontam-se com novas fricções. O direito de uso dos sistemas de circulação exige agora um pagamento. Por isso o contraponto da fluidez material no território é uma nova viscosidade socio-jurídica. E, por outro lado, à rigidez desse território concreto -povoado de objetos perfeitos- opõe-se uma flexibilização das formas organizacionais, como a eliminação progressiva dos vínculos de emprego. Contudo, essas novas normas produzem mais rigidez e compartimentação na sociedade e no território. Consolida-se um novo direito positivo, paralelo às garantias constitucionais e inspirado nas forças do mercado.

Assistimos a uma nova constituição do território, a cujos dois rostos estamos chamando geografia luminosa e geografia letárgica. Poderíamos falar de uma geografia luminosa para identificar aqueles lugares em que o trabalho universal e o trabalho local criam uma solidariedade *ad hoc*, que se manifesta numa produtividade espacial funcional aos desígnios do mundo. As áreas letárgicas, privadas de um comando político local, se tornam "irracionais" e, por essa razão, reservatórios de possíveis transformações.

Reconheceríamos, assim, uma dialética entre objetos perfeitos e ações precisas. O resultado é um território perfeito que, na verdade, é uma realidade bifronte pois revela uma contradição entre fluidez-viscosidade material e fluidez-viscosidade social. E suas manifestações diversas consiróem o território das verticalidades e horizontalidades.

Referências Bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. **La Formation de l'esprit Scientifique**: contribution a une psychanalyse de la connaissance objective. 13. Ed. Paris: Librairie Philosophique, 1986.
- BRITTON, Stephen. The role of services in production, **Progress in human geography**, v.14, n.4, p.529-46, 1990.
- DICKEN, Peter. International production in a volatile regulatory environment: the influence of national regulatory policies on the spatial strategies of transnational corporations. **Geoforum**, vol.23, n.3, p. 302-16, 1992.
- ELLUL, Jacques. **La technique ou l'enjeu du siècle**. Paris: A.Colin, 1954.
- ETZIONI, Amitai. **Organizaciones modernas**. Trad. Carlos Moreno Cañadas. México: UTEHA, 1965.
- FÓRAY, Dominique. Choix des techniques rendements croissants et processus historiques: la nouvelle économie du changement technique. In: PRADES, Jacques, **La technoscience, les fractures des discours**. Paris: L' Harmattan, 1992, p.57-93.
- GODELIER, Maurice. Un retour aux problèmes fondamentaux est indispensable, conaissons nous le fonctionnement des structures sociales. **Développement et civilisations**, v. 28, déc. 1966.
- GRAS, Alain. **Grandeur et dépendance**: sociologie des macro-systèmes techniques. Paris: PUF, 1993.

- HAGERSTRAND, Torsten. The propagation of innovation waves. In: WAGNER, P., MIKESELL, M. **Readings in cultural geography**. Chicago: University of Chicago, 1962. p. 355-68.
- HOTTOIS, Gilbert. Le règne de l'opérateur. In: PRADES, Jacques. **La technoscience, les fractures des discours**. Paris: L'Harmattan, 1992. p.179-97.
- LATOUR, Bruno. **Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique**. Paris: La Découverte, 1991.
- LÉVY, Pierre. Quelle critique de la technique? In: PRADES, Jacques. **La technoscience, les fractures des discours**. Paris: L'Harmattan, 1992. p.229-45.
- LEYSHON, Andrew. The transformation of regulatory order: regulating the global economy and environment. In: **Geoforum**, v.23, n.3, p.249-67, 1992.
- MESCHONNIC, Henri. **Modernité modernité**. Saint-Amand: Folio essais, 1993.
- MOLES, Abraham. Phénoménologie de l'action. In: _____ **Les sciences de l'action**. Paris: CEPL, 1974.
- SANTOS, Milton. Modernisations et espaces dérivés. **Revue Tiers Monde**, Paris, n. 50, 1972.
- SANTOS, Milton. **L'Espace partagé: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés**. Paris: Librairie Techniques, 1975.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. Les espaces de la globalisation. **Cahiers du GENDEV**, Paris, n.20, p.161-72, mai, 1993.
- SANTOS, Milton. Meio técnico-científico e urbanização: Tendências e perspectivas. **Resgate, Revista de Cultura**, Campinas, v.3, 1991.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SÉNÉCAL, G. Aspects de l'imaginaire spatial: identité ou fin des territoires? in **Annales de Géographie**, Paris, n. 563, p. 28-42, 1992.
- SIMONDON, Gilbert.(1958) **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 1989.
- STREEK, W., SCMITTER, P.C. . From national corporatism to transnational pluralism: organized interest in the single european market. **Politics and Society**, v.19, p.133-64, 1991.
- WARF, Barney. "Telecommunications and the globalization of financial services. **Professional Geographer**, v.41, n.3, p.257-71, 1989.